

HANNAH ARENDT E AS REVOLUÇÕES: OBSERVAÇÕES SOBRE A AS REVOLUÇÕES MODERNAS E A REVOLUÇÃO HÚNGARA

Antônio Batista Fernandes¹

Resumo: Neste artigo, objetiva-se examinar, a reflexão de Hannah Arendt sobre as principais revoluções modernas e contemporâneas, destacando, por um lado a perda do espírito revolucionário; e por outro, o ressurgir da esperança através do fenômeno da liberdade política, que aparece na atualidade por meio da experiência do sistema de conselhos presente na Revolução Húngara. Para tanto, nos deteremos na análise das obras *On Revolution* (1963), *The Origins of Totalitarianism* (1951), e, também, do artigo *Reflections on the Hungarian Revolution* (1958), onde nossa autora propõe uma análise do sistema de conselhos e de sua significação política para nosso tempo.

Palavras Chave: Hannah Arendt. Revoluções Modernas. Revolução Húngara. Sistema de conselhos.

Abstract: This article aims at observing Hannah Arendt's reflections on the main modern and contemporary revolutions; on the one hand, highlighting the loss of the revolutionary spirit, and on the other hand, there surges hope through out the phenomenon of political liberty which appears nowadays through the experience from a council system present in the Hungarian Revolution. For this purpose, the works *On Revolution* (1963), *The Origins of Totalitarianism* (1951), as well as the article *Reflections on the Hungarian Revolution* (1958), in which the author proposes an analysis on the council system and its meaning to our times, will be analyzed in this paper.

Keywords: Hannah Arendt. Modern Revolutions. Hungarian Revolution. Council System.

¹ Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), professor do Curso de Filosofia do Centro Universitário Católica de Quixadá (UNICATÓLICA/Quixadá).

As revoluções modernas: a perda do espírito revolucionário

O tema das revoluções tem motivado nos últimos anos importantes pesquisas sobre o pensamento de Hannah Arendt, sobretudo, no que se refere aos aspectos republicanos de sua teoria política. As contribuições de Hannah Arendt para compreensão do fenômeno revolucionário incidem necessariamente na análise das principais revoluções do século XVIII, Francesa e Americana, mas, também, das revoluções que marcaram circunstancialmente o início do século XX, com ênfase sobre a Revolução Húngara.

Nosso objetivo com esse trabalho consiste em examinar a reflexão de Arendt sobre as revoluções mencionadas, com o propósito de destacar a perda do espírito revolucionário nas revoluções modernas e o ressurgir da liberdade política, por meio da experiência do sistema de conselhos da Revolução Húngara. Para tanto, nos deteremos na análise da obra *On Revolution* (1963), publicada 12 anos após o lançamento de *The Origins of Totalitarianism* (1951), e, também, a análise do texto *Reflections on the Hungarian Revolution* (1958), onde Arendt faz uma reflexão sobre o sistema de conselhos e sua significação política para nosso tempo.

Em *On Revolution*, Hannah Arendt destaca que para entendermos as revoluções “devemos voltar para aqueles momentos históricos em que a revolução fez sua aparição completa, ou seja, assumiu uma espécie de forma definitiva e começou a lançar seu fascínio na mente dos homens” (1973, p. 44). Voltar ao momento histórico em que as revoluções emergiram não significa fazer uma análise meramente histórica desses eventos, mas resgatar o objetivo político das revoluções e seu significado para nosso tempo. Com essa intenção, Arendt se propõe em sua obra fazer um exame das revoluções na França e na América, que estabeleceram uma ruptura radical com a ordem antiga e abriram a possibilidade de fundação de um novo corpo político.

Hannah Arendt é precisa ao afirmar que o advento das revoluções tornou-se fundamental para que o homem moderno redescobrisse a sua capacidade política, podendo assim, dar início a novos começos.

Foi somente no curso das revoluções do século XVIII que os homens começaram a ter consciência de que um novo começo poderia ser um fenômeno político, que poderia ser o resultado do que os homens tinham feito e do que eles conscientemente se propuseram a fazer [...] [assim] quando a novidade chegou ao espaço público, tornou-se o começo de uma nova história, iniciada – embora involuntariamente – por homens agindo, para ser posta em prática, para ser aumentada e desenvolvida pela posteridade. (ARENDR, 1973, pp. 46-47).

As revoluções, que de início espelhavam apenas um acontecimento que pretendia restabelecer uma antiga ordem, tornou-se um evento político completamente novo, que veio a cena pública com o espírito revolucionário, possibilitando o aparecimento da liberdade pública e da felicidade pública². Nesse percurso, a Revolução Americana obteve mais resultado que a Revolução Francesa, pois conseguiu de maneira significativa completar as fases do processo revolucionário, chegando a seu objetivo final, ou seja, o estabelecimento da República³. Porém, mesmo com o estabelecimento da República, Arendt não deixa de perceber um entrave que compromete circunstancialmente o sucesso completo da Revolução Americana, fundado no fato de que na República Americana “não havia espaço reservado para o exercício preciso das mesmas qualidades que tinham sido necessárias a sua construção” (1973, p. 232), isto é, o incentivo às atividades que se pautam pela capacidade de dar início a novos começos na política, que passaram a ser vistas como não necessária para a República⁴. Assim, a grande indagação que surge a partir dessa compreensão são as interrogações feitas por Jefferson, e retomadas por Arendt em *On Revolution*, sobre o destino das revoluções, ou seja, sobre como preservar o espírito revolucionário após o fim da revolução; ou ainda, como manter vivo o tesouro encontrado pelos homens da revolução; e, como preservar o privilégio de sermos iniciadores de algo inteiramente novo na política. É, portanto, nesse ponto que podemos falar de um malogro de todas as revoluções, que nem mesmo a Revolução Americana escapou⁵.

O estabelecimento da República e a manutenção do espírito revolucionário deveria ser o principal objetivo das revoluções. No entanto, foi justamente isso que não aconteceu,

² Faz-se necessário esclarecer que o termo felicidade pública foi utilizado pelos revolucionários do século XVIII, e, segundo Arendt, significa “que quando o homem toma parte na vida pública abre para si uma dimensão de experiência humana que de outra forma lhe ficaria fechada e que de certa maneira constitui parte da ‘felicidade’ completa” (2008, p. 175).

³ Nesse ponto, concordamos com Anne Amiel, que nos apresenta o sucesso da revolução nos Estados Unidos como sendo consequência de três pontos principais: “novas práticas de estruturação do poder (com o federalismo e a evacuação da soberania), da autoridade (com o Supremo Tribunal) e da opinião (com o Senado), que estão em parte fundadas no pacto do *Mayflower* e nas experiências do período colonial” (1996, p. 110).

⁴ De acordo com Hannah Arendt, “se a fundação era o objetivo e o fim da revolução, então o espírito revolucionário não era apenas o espírito de iniciar algo novo, e sim o de começar algo permanente e sólido; uma instituição duradoura, encarnando e incentivando esse espírito as novas realizações, seria autodestrutiva. Daí infelizmente parece decorrer que não existe ameaça mais perigosa e mais aguda contra as próprias realizações da revolução do que o espírito que as empreendeu” (2011, p. 294).

⁵ O malogro da revolução compreende, em linhas gerais, ao fato da incapacidade da mesma de preservar o espírito revolucionário que a empreendeu, tendo sido rapidamente esquecido, deixando a república politicamente estéril.

tornando-se o principal malogro das revoluções⁶. Assim, podemos dizer que o maior fracasso da Revolução Francesa consiste em não ter conseguido fundar uma república duradora após o processo revolucionário, ao passo que o principal fracasso da Revolução Americana deve-se ao fato de não ter conseguido manter aceso o espírito revolucionário, principal tesouro das revoluções, ocasionando a perda do espaço destinado à liberdade pública. Para Arendt, ambas as revoluções falharam, cada uma em um momento específico do processo revolucionário.

De acordo com Arendt, foi Jefferson o primeiro a perceber que a revolução poderia ter falhado justamente na sua tentativa de fundação de um espaço onde a liberdade pudesse acontecer, pois “ele sabia, ainda que vagamente, que a Revolução, embora tivesse dado liberdade ao povo, não havia proporcionado um espaço onde essa liberdade pudesse ser exercida” (1973, p. 235). A raiz desse erro encontra-se no fato do povo não ter conseguido um espaço de participação efetiva nas decisões da comunidade, apenas seus representantes gozavam do direito de expressar, debater e decidir. O pouco valor dado pelos governos estaduais e federais a importância dos municípios e suas assembleias⁷, fortalece a tese defendida por Arendt de que existia uma privação dos espaços destinados à liberdade política e a participação do povo na construção do governo.

Hannah Arendt observa que nos Estados Unidos a preocupação dos fundadores estava voltada para o problema da representação, tornando a República um governo representativo pautado pela substituição da ação política direta do povo por um sistema de representantes eleitos que, segundo Arendt, “deveriam agir de acordo com as instruções recebidas de seus eleitores, e não fazer transações de acordo com suas próprias opiniões, que poderiam ser formadas no decorrer do processo.” (1973, p. 236), o que dificilmente acontecia. O principal problema de um tipo de governo representativo como os que surgiram após a revolução, consiste no fato de que o povo que transferiu seu poder aos representantes não têm garantia alguma de que suas opiniões serão contempladas. Assim sendo, é somente no momento do voto que o povo exerce sua liberdade de participação e ação política, podendo decidir sobre os destinos da República, pois, a partir de então, seu poder de decisão é transferido para seus representantes no governo, deixando-os completamente privado de qualquer espaço que possibilite o aparecimento da política.

⁶ Foi a não capacidade de manter o espírito revolucionário que levou ao fracasso das revoluções francesa e americana, segundo Aguiar “a compreensão desse malogro é importante porque permite questionar a visão de Arendt como defensora da visão americana em detrimento da francesa: ambas fracassaram” (2016, p.279).

⁷ Os governos estaduais e federais surgidos na modernidade, nasceram com as Revoluções e não existiam até o aparecimento das mesmas.

Ora, a conclusão a que chegamos é que a não participação direta do povo nos assuntos públicos comprometeu não só o sucesso da Revolução Americana, mas também das demais revoluções. A substituição da ação direta do povo por um sistema de representação traz sempre como consequência um retorno à antiga distinção entre governante e governados, que havia sido o principal alvo das revoluções. Nesse sentido afirma Arendt,

Mais uma vez, o povo não é admitido na esfera pública, onde mais uma vez o assunto do governo se tornou o privilégio de poucos, que sozinhos podem "exercer [suas] disposições virtuosas" (como Jefferson ainda se referiu aos talentos políticos dos homens). O resultado é que o povo deve ou afundar na "letargia, o precursor da morte para a liberdade pública", ou "preservar o espírito de resistência" a qualquer governo que eleja, uma vez que o único poder que retém é "o poder de reserva de revolução". (1973, pp. 237-238).

Nas entrelinhas de toda essa problemática em torno da não admissão do povo na esfera pública, encontra-se ainda a mal fadada omissão da Constituição Americana, que deixou de “incorporar e constituir devidamente, de novo, as fontes originais de seu poder e felicidade pública”(ARENDDT, 1973, p. 239). Desse modo, foi a não incorporação dos municípios e assembleias municipais⁸, que soou decisivo para o fracasso do processo revolucionário, que mesmo tendo edificado uma Constituição não conseguiu agregar os principais responsáveis pelo nascimento de toda a atividade política, tornando a revolução omissa justamente onde não podia: no espaço reservado à liberdade política e a felicidade pública, principal tesouro das revoluções.

Desse modo, Hannah Arendt observa que o grande problema das revoluções modernas foi não ter conseguido criar condições para que o povo pudesse agir como cidadãos, sem que necessitasse de delegados para lhes representar. Portanto, Arendt ressalta como perigo o fato de “que todo o poder tivesse sido dado ao povo em sua qualidade privada e que não havia espaço estabelecido para eles em sua qualidade cidadania” (1973, p. 253). Surge então a questão de como pensar uma nova forma de governo que garantisse a liberdade política e participação efetiva do povo nas questões públicas sem que precisasse de um sistema de representação, mas que também não fosse necessariamente uma alternativa a esse sistema. Talvez essa resposta possa ser encontrada somente na própria finalidade da Revolução, como afirma Arendt,

⁸ Sobre a não incorporação dos municípios e assembleia municipais, ressalta Arendt: “Foi exatamente por causa do enorme peso na Constituição e das experiências em fundar um novo corpo político que essa omissão em incorporar os município e assembleias municipais, nascedouros originais de toda atividade política no país, veio a significar uma herança de morte para eles” (2011, p. 302).

Se o fim último da revolução era a liberdade e a constituição do espaço público onde a liberdade podia aparecer, a *constitutiolibertatis*, então as repúblicas elementares dos distritos, o único lugar tangível onde todos podiam ser livres, na verdade eram o fim da grande república, cujo principal objetivo nos assuntos domésticos deveria ter sido fornecer aos povos tais lugares de liberdade e protegê-los. (1973, p. 255).

Durante todo o processo revolucionário manteve-se acesa a ideia de que era possível o surgimento de uma nova forma de governo e essa nova forma de governo tinha algo muito em comum com os sistemas distritais (Cf. ARENDT, 1973, p. 256). Podemos observar que todas as revoluções posteriores à Revolução Francesa guardam em comum a semelhança de terem mantido aceso o método dos sistemas distritais ou sistema de conselhos como gérmen de uma nova forma de Estado. A importância desses sistemas para a ação política baseia-se no fato dos homens da revolução almejarem a participação direta dos cidadãos nos assuntos políticos, sendo uma porta pela qual os indivíduos participam nas decisões do país abrindo espaço o aparecimento da liberdade pública.

A Revolução Húngara: a esperança dos conselhos

Desde a escrita de *The Origins of Totalitarianism* (1951), a grande preocupação que cerca todo o pensamento arendtiano são as ameaças à vida humana e a política presentes na contemporaneidade, e que marcam o advento dos regimes nazista e stalinista, e a utilização de armamento atômico nos conflitos bélicos. A partir dessa problemática a questão que se apresenta ao pensamento arendtiano e que visamos trazer a foco em nosso texto é: diante de todas essas ameaças existe alguma esperança capaz de nos confortar? Margareth Canovan, em seu livro *Hannah Arendt: a re-interpretation of her political thought*, destaca que para Arendt “um grande conforto pode ser encontrado na mensagem da tradição republicana, que os homens podem lutar contra a tendência dos tempos e se recusar a ceder aos processos que os ameaçam” (1992, p. 204). Esse conforto e esperança aparece para Arendt no surgimento dos sistemas de conselhos e na experiência de liberdade contida nas revoluções modernas, francesa e americana; bem como, na experiência fracassada da Revolução Húngara no século XX, que embora não tenha tido êxito deixou para o mundo a mensagem de que um novo início é possível.

O texto *Reflections on the Hungarian Revolution* (1958), tem uma crucial importância dentro da teoria política de Hannah Arendt. Primeiro porque as reflexões destacam a envergadura dessa revolução, que independe de sua vitória ou derrota, mas da grandeza e significado do evento em si. E, segundo, por retomar a discussão sobre os sistemas de

conselhos, representando um novo paradigma para a política democrática e para o problema da representação partidária. Nessa direção, reforçaremos a hipótese defendida por Leonardo Avritzer (2007), que a análise feita por Arendt da Revolução Húngara tem o propósito de destacar a natalidade dos sistemas de conselhos ea defesa do agir coletivo da população; mas, por outro lado, pretende garantir também um terreno de seguridade para a ação, pautado na fundação de um novo corpo político estável e sua atualização permanente.

Para nossa autora, a grandeza da Revolução Húngara consiste no fato desse acontecimento ter um caráter totalmente inesperado, que surpreendeu todo o mundo. A revolução Húngara não tinha líderes, não estava organizada, não tinha sido dirigida por um núcleo central, seu impulso veio da ação e do desejo de liberdade que se manifestou na ação conjunta dos homens. Arendt é enfática ao destacar a espontaneidade que motivou a ação conjunta das pessoas no momento do levante revolucionário em Budapeste, “o povo foi desperto apenas por obras de palavras abertas, e não por manobras silenciosas” (1958, p. 22).

Outra importante questão que precisa ser destacada na análise arendtiana da Revolução Húngara, consiste no fato de que seu surgimento não estava atrelado a questões materiais ou sociais referente ao campo das necessidades, mas sim ao desejo de liberdade política, isto é, do direito de participação política efetiva no governo. Portanto, a voz que passou a ecoar nas ruas de Budapeste eram vozes de estudantes, intelectuais, jovens, que diziam de maneira espontânea; “queremos participar, queremos debater, queremos que nossas vozes sejam ouvidas em público, e queremos ter a possibilidade de determinar o curso de nosso país” (2008, p. 200). A Revolução Húngara traz à luz a experiência das assembleias revolucionárias e dos sistemas de conselhos⁹, que representam, segundo Frateschi, “a experiência da liberdade pela participação na decisão dos assuntos políticos” (2016, p. 30).

Desde o início da Revolução Húngara o que sempre moveu a multidão foi o “puro impulso do povo de atuar em conjunto” (2007, p.96). Tal experiência nos mostra a infinita capacidade que os homens tem de instaurar novos começos, de romper com antigos modelos¹⁰, estabelecendo assim uma nova ordem política, que uma vez havendo surgido de

⁹ Os conselhos da Revolução Húngara tinham em comum o fato de que as pessoas se encontravam de maneira regular e todos se conheciam. Podemos mencionar como exemplo alguns desses conselhos: “os conselhos de bairro que surgiram do mero viver junto e, em seguida, vieram os conselhos distritais e outras demarcações; os conselhos revolucionários que surgiram do combater juntos; os de escritores e artistas nacionais [...] nos cafés; os conselhos da juventude, na universidade; os militares, no exército; os de funcionários, nos ministérios, os de trabalhadores, nas fábricas, e assim sucessivamente” (ARENDR, 2007, p 103).

¹⁰O principal legado da Revolução Húngara é a revitalização dos conselhos revolucionários, para Frateschi, o propósito de Arendt ao propor a análise dos sistemas de conselhos é “desnaturalizar o modo burocrático e elitista pelo qual nos organizamos politicamente nas democracias representativas baseadas no sistema de partidos, que deixa de ser – à luz desse fenômeno – a única alternativa possível, a única alternativa

forma espontânea como aconteceu na Hungria, afirma Arendt, “toda a política, toda a teoria e previsão de potencialidade futuras precisa ser reexaminada” (RSRU, p. 71). Logo, essa nova ordem política pode ser representada pelo surgimento do sistema de conselhos.

O sistema de conselhos, surgidos com a Revolução Húngara, já havia feito sua primeira aparição no espaço político, pois estiveram presente em todas as revoluções modernas¹¹ de modo totalmente espontâneo e não institucionalizado. Para Arendt, “o sistema de conselhos parece corresponder e brotar da própria experiência da ação política” (2008, p. 199). Os conselhos apareceram sempre como sendo uma experiência concreta da ação política, possibilitando a participação dos mais variados grupos de pessoas no espaço público.

No caso da Revolução Húngara, simultâneo ao estourar da revolução, Arendt ressalta o aparecimento de Conselhos Revolucionários e Conselhos de Trabalhadores, dando ao povo o poder de decidir sobre suas principais questões políticas, sem que necessitasse de programas partidários que impunham de cima para baixo a maneira correta de agir (Cf ARENDT, 2007, p. 98). No entanto, é necessário esclarecer que, segundo Arendt, “os Conselhos Revolucionários cumpriam funções fundamentalmente políticas, enquanto se supunha que os Conselhos de Trabalhadores se ocupavam da vida econômica” (2007, p. 99).

De acordo com Avritzer, o cuidado de Arendt em diferenciar os Conselhos Revolucionários dos Conselhos de Trabalhadores, dando maior ênfase aos primeiros, deriva do fato desses conselhos apresentarem “uma resposta à tirania política e, ao mesmo tempo, uma alternativa a um sistema representativo baseado em facções” (2007, p. 163). Quanto aos Conselhos de Trabalhadores, Arendt acredita que esses serviam apenas como formas de reação aos sindicatos que não representavam verdadeiramente os trabalhadores, “os sindicatos jamais foram revolucionários no sentido de desejarem a transformação simultânea da sociedade e das instituições políticas nas quais essa sociedade estava representada” (2010, p. 269), portanto, estando preocupados apenas com a incorporação da classe trabalhadora na sociedade.

“realista” ao abuso de poder, à ditadura (ou ao totalitarismo)” (2016, p.32). Por outro lado, ainda citando Frateschi, Arendt não propõe “a substituição do sistema representativo pela democracia direta baseada em conselhos. Uma tal proposta seria uma ingenuidade atroz, [...] e fatalmente bloquearia a possibilidade de um diálogo crítico com seu próprio tempo” (2016, pp. 32-33).

¹¹Em todas as revoluções sempre apareceram conselhos revolucionários e sistema de conselhos, foi assim no contexto da Revolução Americana, na Revolução Francesa, na Revolução Russa e do levante estudantil em Budapeste, possibilitando a eclosão da Revolução Húngara, ambas impulsionadas pela ação e pelo desejo de liberdade que se manifesta sempre na ação conjunta dos homens. Contudo, os conselhos sempre estiveram em conflito com a proposta dos revolucionários profissionais, indivíduos que não haviam participado ativamente do processo revolucionário, mas tinham bastante influência sobre o curso a ser tomado pela revolução.

No texto sobre a Revolução Húngara, Arendt escreve de forma objetiva que “os conselhos são a única alternativa democrática que conhecemos ao sistema de partidos” (2007, p. 101). Os conselhos representam uma alternativa para efetivação da ação e da liberdade política, nascem da pluralidade dos homens e da capacidade que cada indivíduo tem de dar início a novos começos, tornando possível o aparecimento da ação política e a liberdade pública. Segundo Avritzer, o sistema de conselho proposto por Arendt devem ser “entendidos não como alternativa à representação e sim como alternativa à concepção exclusiva de representação que torna os partidos a única forma de mediação política” (2007, p. 165).

Nesse sentido, Hannah Arendt compreende que a Revolução Húngara tem um importante papel em nossa recente história política, uma vez que sua experiência representa a possibilidade efetiva da liberdade política manifesta por meio do surgimento dos conselhos, “o signo claro de um autêntico brotar da democracia frente à ditadura, da liberdade frente à tirania” (2007, p. 104). Assim, mesmo que a Revolução Húngara não tenha obtido êxito, “se ela conseguiu demonstrar ao mundo que, a despeito de todas as derrotas e aparências, esse elã político ainda não morreu, seus sacrifícios não terão sido em vão” (ARENDR, 2010, p. 270).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDR, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo, revisão técnica: Adriano Correia. 11º Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. *Crises da República*. Tradução de José Volkmann. São Paulo: Perspectiva, 2008.

_____. *Karl Marx y la tradición Del pensamiento político occidental: reflexiones sobre La revolución húngara*. Madrid: Encuentro, 2007.

_____. *On Revolution*. Nova York: Pinguim, 1973

_____. *Sobre a Revolução*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. Totalitarian Imperialism: reflections on the Hungarian Revolution. *The journal of politics*, 20(1), p. 05-43, 1958.

AGUIAR, Odílio Alves. Hannah Arendt e o malogro do espírito revolucionário. *Griot: Revista de Filosofia*, Amargosa, v. 14, n. 02, p.274-287, 2016.

AMIEL, Anne. *Hannah Arendt Política e Acontecimento*. Trad. Sofia Mota. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

AVRITZER, Leonardo. Ação, Fundação e Autoridade em Hannah Arendt. *Lua Nova*, São Paulo, n. 68, p.147-167, 2007.

CANOVAN, Margareth. *Hannah Arendt: a re-interpretation of her political thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

FRATESCHI, Yara. Liberdade política e cultura democrática em Hannah Arendt. *Cadernos de Filosofia Alemã*, São Paulo, v. 21, n. 03, p. 29-50, 2016.